



Mediatização das questões ambientais a produção da racionalidade ambiental num mundo de simulacros

Mônica de Oliveira¹
Solange Alboreda²

“Não haverá transformação radical, sociedade nova, sociedade autônoma a não ser pela nova consciência histórica, que implica ao mesmo tempo uma restauração do valor da tradição e uma outra atitude face a essa tradição, uma outra articulação entre essa e as tarefas do presente/futuro” (Castoriadis, 1987, p.305).

“En América Latina había que soltar la fantasía, libertar la ficción de todas sus viejas amarras para descubrir la realidad” (J.C Mariátegui, Signos y obras)

Escribir su historia es en América Latina iniciar la destrucción de los muros que le impiden comunicar con su memoria, relegada al vacío o la nostalgia desde el día siguiente de la conquista, y mistificada por los propios procesos de independencia” (Jesús Martín-Barbero Educación desde la comunicación, 2002:29)

Resumo: A racionalidade ambiental propõe a instauração de movimentos capazes de produzir estratégias para a construção social de um mundo sustentável, além de trabalhar sobre a desconstrução teórica da racionalidade formal e instrumental da modernidade. Trata de articular processos ecológicos, tecnológicos e culturais, internalizando seus saberes nas práticas produtivas da sociedade. A construção social da sustentabilidade se dá através de estratégias discursivas nas quais são confrontadas as razões da racionalidade moderna e as motivações da racionalidade ambiental. Neste artigo, queremos contextualizar a temática da racionalidade ambiental em relação à mediatização crescente sobre questões ambientais, focando na multiplicação de festivais socioambientais de cinema na América Latina nos últimos 25 anos, com potencial para construir sentidos emancipados da ideologia de consumo e da mitificação relacionada às noções de crescimento, desenvolvimento e progresso que nortearam a modernidade. Para tanto, no decorrer do artigo faremos uma aproximação dos conceitos de descolonialidade, desenvolvimento econômico, mediatização e simulacro, tratando de discorrer sobre a potência comunicacional para a produção das mudanças sociais, culturais e ambientais em nosso tempo que permitam reencontrar o humano com seu destino maior. Nesse sentido, este artigo destaca o esforço de ampliação da noção de história de uma técnica, para reconhecer as relações extra-tecnológicas da comunicação com a sociologia, a cultura, a política, o poder, a economia, a psicologia individual e social, os códigos e as formas expressivas, e todas as ciências e disciplinas antropológicas.

Palavras-chave: Mediatização, cinema, racionalidade ambiental, descolonialidade



Introdução: O anjo da história

Estamos em meio à grande tempestade que Walter Benjamin tão bem descreveu ao interpretar o *Angelus Novus*, o quadro de Paul Klee. Desconcertado, este que seria o anjo da história observa a catástrofe que se amontoa aos seus pés, e que sobe até os céus, ruína sobre ruína. Bem que ele gostaria de recompor o despedaçado e ressuscitar os mortos, diz Benjamin (1940), mas suas asas estão enredadas no vento que sopra com força desde o paraíso, um furacão ao que o autor chamou de *progresso*. O anjo dá as costas ao futuro, não o pode ver nem o criar, está preso à irresistível força que o empurra, à obsessiva marcha adiante da modernidade, que o Zygmunt. Bauman dirá ser obsessiva, “não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária” (Bauman, 1999, p. 18).

Enredados na ideologia do progresso, somos empurrados à frente, vivendo a coerção de que se não correremos, a fina capa de gelo sob nossos pés se quebrará (Bauman). Bombardeados pelo eterno presente em um processo voraz de midiaticização, cuja saturação nos torna impotentes (Baudrillard), parecemos assistir, como advertiu Walter Benjamin, “à nossa própria destruição como um espetáculo estético”. Escapamos do mundo fordista para o mundo da fragmentação espacial da produção, estamos na era da hiper-realidade, e vivemos produzindo e consumindo a artificialidade, operando na esfera dos significados flutuantes, dos sentidos flutuantes e da falta de sentido (Baudrillard, 1993, p. 150).

Neste mundo a palavra ‘globalização’ sugere ‘medo e insegurança’ ao invés de ‘oportunidade e inclusão’. (HOBSBAWM, 2007, p. 111). Atualmente 26 pessoas no planeta possuem a mesma riqueza que 3,8 bilhões que compõem a metade mais pobre da humanidade (Relatório Oxfam, 2018). Num cenário de obscena desigualdade, a mudança está obstaculizada, “Suas condições estão imobilizadas pela *imobilidade dos miseráveis* e pela impossibilidade de superação das pressões da globalização e da *liberdade dos opressores*, em seus discursos que dão legitimidade ao modelo proposto de sociedade moderna e mundo globalizado, ou seja, um mundo econômico, tecnológico, científico, extremamente desigual e excludente”. (BAUMAN, 1999, p. 81).

“Espartilhados entre a *fetichização das necessidades* e o desejo de significado ético e comunitário, acabamos por nos tornar produtos esquizofrênicos dum mundo condenado à



imobilidade da sensação de impotência pessoal e social. Inventamos uma mística das *leis históricas* e do *socialismo científico* que serve mais, como construção, para compensar os nossos frustrados impulsos comunitários e a nossa malograda necessidade de sentido ético do que para explicar o motivo pelo qual comunidade e ética estão tão assentes no real e tão longe como fins." (Bookchin, 1980).

Para Guimarães (2003) um dos problemas da manutenção deste estado de coisas é a insistência em enfoques parciais para aproximar-se da crise da sustentabilidade no paradigma do desenvolvimento. Segundo ele, os desafios socioambientais são tratados a partir de uma visão da organização social que além de ser fragmentada e excessivamente economicista, supõe relações simétricas entre o ser humano e a natureza. “A realidade atual requer a superação de tais abordagens e substituí-las pelo reconhecimento de que os problemas da insustentabilidade revelam disfunções sociais e políticas (os padrões de relacionamento entre os seres humanos e o modo como a sociedade é organizada como um todo) e são o resultado de distorções estruturais no funcionamento da economia (os padrões de consumo da sociedade e a forma como ela é organizada para satisfazê-los).” (Guimarães, 2003)

Para Bookchin a crise da relação sociedade-natureza não é só instrumental, não se trata de considerar que se esgotem ou se destruam os "recursos naturais" e os efeitos que isto possa trazer, mas de questionar-se: - Por quê tipo de relações sociais substituir a atual relação mercantil e competitiva que impusemos sobre a natureza? No contexto atual, onde o termo “ambiental” dificilmente se pode distanciar de uma visão instrumental: como ir mais longe? Não há outras opções? O quê estamos deixando de observar? ¹

Crise civilizatória na era técnico-científico-informacional

Na atualidade, a degradação socioambiental adquire um caráter global. Para Enrique Leff, “não se trata de simplesmente passar da era do progresso à era ecológica do risco que propõem Beck (1992) e Luhmann (1993), nem da transição da episteme estruturalista para uma ecologista, mas da irrupção de uma crise civilizatória, que é a crise do nossos modos de conhecer e de nos relacionar.” E esta crise exige uma resposta associada à mudança do pensamento, à criação de uma nova racionalidade social que permita a transformação dos

¹ Bookchin propõe que se deve destruir o atual sistema de instrumentalização da natureza e substituí-lo por uma sociedade que restabeleça o equilíbrio entre o mundo natural e humano. Ressalta a necessidade de uma utopia ecológica (eco utopia) baseada em princípios ecológicos. Para ele, as respostas ao que se poderia fazer diante da crise estão sendo formuladas principalmente dentro do campo da ecologia política, que apresenta um debate aberto que vai desde a reforma de alguns aspectos de nossa organização política à mudança radical em nossas estruturas de cognição, relacionais e de ação.



modos de produção (LEFF, 2003, p. 19). O que se exige não é nada menos do que uma reimaginação e uma reconstrução graduais e integrais da sociedade, para satisfazer as necessidades de uma nova era. “A crise ecológica atual, pela primeira vez não é uma mudança natural; é transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo”. (LEFF, 2003, p. 19)

A crise em relação à sociedade-natureza está vinculada à maneira como a sociedade em geral e os grupos particulares definem e experimentam o natural. Enrique Leff (2004) afirma que não se trata de uma negação da natureza pelo capital, mas de um submetimento, que implica a afirmação da natureza como força produtiva do capital. O ser humano assume uma visão mecanicista e adota uma postura utilitária a partir da fusão dos objetivos almejados pelo desenvolvimento científico e tecnológico e os ideais capitalistas. “A crise ambiental refere-se a uma questão epistemológica: o reconhecimento das inter-relações e articulações entre o real e o simbólico que convergem na ordem social e geram complexidade ambiental (...) A teoria econômica constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político –como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores do mercado, dos fatores de produção –, gerou um mundo que transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema (LEFF, 2010b, p. 21).

A operação simbólica que permitiu a separação entre natureza e sociedade humana está amplamente alicerçada na ideologia do progresso². A história do homem sobre a terra é

² John Bury encontrou a origem da definição da idéia de progresso em A natureza das Coisas, de Lucrécio, datado do primeiro século antes de Cristo. O pensamento evolucionista que subjazem esta obra é encontrado também em Os trabalhos e os dias, de Hesíodo, escrita no século VIII antes de Cristo, obra em que se descreve como o ser humano evoluciona a partir de largos períodos de tempo, junto às idades do ouro, da prata, do bronze e do ferro. Estas idéias serão apropriadas por Aristóteles, que acreditava firmemente no progresso da humanidade, ainda que descrevesse as civilizações a partir de uma teorias de ciclos. São Agostinho substituirá a sucessão tradicional dos ciclos de Aristóteles, a princípios do século V, por uma concepção de tempo único. Sua visão teológica possibilitará uma interpretação linear da história, materializando na sua obra A Cidade de Deus, a idéia de um plano divino que dá continuidade a vida terrena.

] Este arcabouço teórico repousará através de centenas des anos, até que nos séculos XVII e XVIII o movimento intelectual conhecido como Ilustração o retomará, destituindo-o de toda a religiosidade e reforçando ao máximo a noção de progresso. Perrault, Fontenelle e Descartes farão referência expressa ao termo “progresso” e introduzirão a idéia de finalidade para explicar o avanço gradual do homem no tempo. A teoria dos quatro estágios, formulada inicialmente por Adam Smith y estudada a fundo pelo economista Ronald Meek é considerada uma obra emblemática do período. Explicava que os modos de subsistência de cada sociedade



exatamente a de uma ruptura gradual entre o humano e seu entorno, a passagem da vivência do humano de seu meio natural ao nosso meio técnico-científico-informacional que "se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para poder dominá-la". (Milton Santos, 1994, p 17).

A atual época técnico-científico-informacional começa a ser produzida a partir da década de 70, quando a informação torna-se uma variável fundamental no processo de constituição de um mercado global e de uma unicidade técnica planetária (Santos, 1996; 2001). A ciência e a tecnologia, juntamente com a informação, estão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço, avançando sobre o mundo rural e criando um tecnosmo em grandes cidades que são objeto de modificações, supressões e acréscimos cada vez mais sofisticados. Os fluxos imateriais oferecem uma nova lógica de funcionamento ao território e intensificam o processo de alienação do espaço. A ciência e a técnica se unem sob as leis de um mercado que se tornará global, justamente por causa da ciência e da técnica. A natureza tende a recuar ante a chegada do meio artificial, transformado em lugar de existência de boa parte da humanidade.

A era técnico-científico-informacional se caracteriza pela divisão do planeta em territórios que “mandam” e territórios que “obedecem”, em função de uma inteligência maior situada nos centros motores da informação (Santos, 2000), cuja lógica é guiada por atores hegemônicos da fase imperial do capitalismo tardio: as potências internacionais, os bancos e

eram o fator chave para o seu desenvolvimento. De acordo com este estudo, os conjuntos sociais progrediam com o tempo através de quatro estágios mais ou menos consecutivos: a caça, o pastoreio, a agricultura e o comércio.

Já no século XIX, a representação do progresso ficará unida no imaginário social à idéia da superioridade ocidental. Auguste Comte, o intelectual mais influente do século, com sua filosofia positiva articulará uma das exposições mais brilhantes sobre o progresso do conhecimento humano. Para Comte o progresso era inevitável e não era necessário explica-lo pois, como argumenta Manuel Martín Serrano, “todo el peso del argumento reside en que la sociedad no puede dejar de progresar, en tanto no pierda complejidad. Por eso Comte nunca se ocupa de justificar el progreso: le basta con demostrar que las sociedades evolucionan hacia la complejidad”.

Os aportes de Lewis e Spencer estão situados na mesma perspectiva evolucionista. O primeiro deles escreveu em 1877 A Sociedade Antiga, estudo que distingue entre os três estados clássicos da evolução da humanidade para esta corrente: selvageria, barbárie e civilização. Spencer por sua vez se dedicou a elaborar um sistema filosófico baseado na evolução natural. Seu trabalho, Princípios de Biologia publicado em 1864, acunha a célebre frase “a sobrevivência do mais apto”, com que se refere a competência pela permanência das espécies no mundo natural. Estas ideias irão tomando grande relevância no campo da ação política e social nos séculos subsequentes.



as empresas transnacionais (Negri e Hardt, 2000). A ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio decorrentes da globalização levam os territórios do sul à especialização na produção de *commodities* e na exportação de seus recursos naturais, destruindo, ao seu passo, ecossistemas, fontes de subsistência e sistemas culturais de diversas populações locais dos respectivos países. Políticas de desenvolvimento acelerado e de integração territorial para os grandes mercados, como a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no caso da América do Sul, orientam um projeto de livre-comércio cujo objetivo é estabelecer na região um espaço plenamente integrado, sem barreiras comerciais, que permita conformar uma só economia, fundada em atividades exportadoras oriundas da mineração, o agronegócio e o setor energético, principalmente (Gomes, 2005). As grandes reformas e a modernização que sofrem os territórios latino-americanos são apresentadas através de um discurso de desenvolvimento, que oferece unidade e coerência simbólica às políticas empreendidas na região. Neste contexto, a problemática ambiental estabelece um marco de crise dentro do processo de destruição dos sistemas naturais e culturais e movimentos sociais relacionados aos povos tradicionais pleiteiam na esfera jurídica a garantia de seus territórios. Ainda assim, novas estratégias tecnológicas e político-institucionais são utilizadas para ampliar a capacidade de exploração da natureza.

“Tiranía do dinheiro e tiranía da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. A associação entre a tiranía do dinheiro e a tiranía da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. (Santos, 2000, op. Cit. P,19).

As possibilidades de novos usos da técnica, são encobertas por uma ideologização absoluta (em lugar do fim da ideologia), que advoga pelo pensamento único de uma globalização que é perversa para a maior parte da população. Na verdade o fim da ideologia faz parte da ideologia da globalização perversa, vinculada aos comportamentos competitivos. Para Milton Santos, a aldeia global não homogeneiza o planeta, ao contrário, as diferenças locais são acentuadas e tampouco o Estado convalesce, ele é fortalecido para atender à demanda das finanças. (Santos, 2000, op. Cit. P,19)



Neste sentido, o autor observa que “as condições que produziram a crise da modernidade ainda não se tornaram condições para superar a crise além da modernidade. Daí a complexidade do nosso período de transição, moldado pela teoria pós-moderna de oposição: enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas. A busca de uma solução pós-moderna é o que eu chamo de pós-modernismo de oposição [...] É necessário partir do dilema entre a modernidade dos problemas e a pós-modernidade das soluções possíveis, e transformar o dilema no impulso de configurar teorias e práticas para reinventar a emancipação social a partir dos escombros das promessas de emancipação que supostamente constituíam parte integrante da modernidade” (Santos, 2002: 13).

Das teorias do desenvolvimento econômico à descolonialidade: a racionalidade ambiental como forma de reapropriação da vida

Em seus ensaios escritos em 1974 compreendidos no livro “Mito do Desenvolvimento Econômico”, o economista Celso Furtado já advertia sobre o impacto do estudo *Os limites do crescimento* sobre a possibilidade de generalização a todo o mundo, do nível de consumo dos países considerados desenvolvidos. A impossibilidade de estender estes níveis de consumo ao mundo todo sob pena de colapso total do sistema, demonstrava cabalmente o que ele denominou “a estrutura mítica do conceito de desenvolvimento econômico”. O economista brasileiro grande expoente da teoria da dependência, chamou a atenção para esta prolongação do “mito do progresso”, elemento essencial na ideologia da revolução burguesa dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.³

A expressão “desenvolvimento” foi cunhada na Casa Branca no 20 de janeiro de 1949 quando Harry Truman, no ponto quatro do seu “Discurso sobre o Estado da União”, concebeu um setor das nações do mundo privado dos alcances da modernização. Com o surgimento da noção de desenvolvimento, tomou forma a noção de subdesenvolvimento. Criou-se um imaginário relacionado a um modelo determinado de vida, a umas formas determinadas de explorar a natureza e seus recursos, que qualificam como “subdesenvolvidas” outras modos

³ “A literatura sobre o desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na idéia que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o Standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. (Furtado, 1974, p. 14) Esta idéia diretora teria orientado o olhar dos economistas a conceber complexos processos de acumulação de capital e subestimar o impacto, no plano cultural, de um crescimento exponencial do stock de capital e das conseqüências, no meio físico, de um “sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados” (Furtado, 1974, p 14).



que não se adaptem a este modelo. É interessante notar que antes dos anos 50 o conceito de desenvolvimento não era sequer debatido na maioria dos países latino-americanos e na sociedade africana, e atualmente é algo que se persegue dramaticamente, a qualquer preço, baixo a noção reducionista do crescimento econômico e da capacidade de consumo.

Gilbert Rist e John Bagnell Bury destacam que este conceito de desenvolvimento econômico, ou apenas desenvolvimento, está vinculado não somente à transformação, mas a uma visão moral desta transformação, o que induz a considerar a transformação como um bem em si.⁴ A linha de investigação proposta por estes autores ajuda a dismantelar as estruturas fundamentais de discurso que permitiram definir Ásia, África e América Latina como “subdesenvolvidas” e por conseqüência, necessitadas de desenvolvimento. Trata-se de uma análise eficaz para compreender as conseqüências para estas nações de terem sido idealizadas como o “Terceiro Mundo”, através dos discursos e das práticas do desenvolvimento, que continuam, entre outras coisas, justificando sua posição subalterna e de fornecedora de insumos de baixo valor agregado no mercado internacional.

Nascida da crítica pós-estruturalista, a crítica ao desenvolvimento refere-se à possibilidade de criar discursos e representações alternativas a partir da construção participativa de práticas de saber e fazer. Para Arturo Escobar relaciona-se à possibilidade de criar diferentes discursos e representações que não se encontrem tão mediadas pela construção do desenvolvimento (ideologias, metáforas, linguagem, premissas, etc.) e que estejam impregnados pela necessidade de modificar as práticas de saber e fazer e a “economia política da verdade” que define o regime do desenvolvimento. Escobar enfatiza, a importância de multiplicar centros e agentes de produção de conhecimentos – particularmente fazer visíveis as formas de conhecimento produzidas por aqueles que supostamente são os “objetos” do desenvolvimento.

A teoria descolonial ou modernidade/colonialidade aprofundará estas questões ao descobrir a permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. Esta corrente teórica é representada por autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil, entre outros. Parte da constatação que a modernidade capitalista possui sua gênese na conquista colonial da América, fato que molda profundamente o sistema-mundo por ele engendrado. Denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais,

⁴ “Se o desenvolvimento não é mais que um termo cômodo para reunir ao conjunto das virtuosas aspirações humanas, se pode chegar imediatamente à conclusão de que não existe em parte alguma e de que provavelmente jamais existirá. E entretanto, o desenvolvimento existe através das ações que legitimam as instituições e dos signos que atestam sua presença” (Gilbert Rist)



produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126).

“A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial”. (Grosfoguel, 2008, p. 126),

A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Não passa apenas pelos aspectos econômicos derivados do colonialismo, mas por introduzir em seu modelo de poder a classificação social a partir da ideia de *raça*, em seus eixos fundamentais. Raça é uma construção mental que condensa a experiência básica da dominação colonial, atravessando, desde então, as dimensões mais importantes do poder mundial, inclusive sua racionalidade específica, o eurocentrismo. A colonialidade opera nos domínios da vida social, quer nos âmbitos da subjetividade e intersubjetividade, por meio de instrumentos de coerção, tendo em vista a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação. A descolonialidade representa um método que vai além da transformação da descolonização, tendo como meta a reconstrução radical do ser, do poder e do saber

Inspirado nas ideias descoloniais, Martín Barbero escreve: “La historia de América Latina es la de un largo y denso proceso de incomunicación, primero, entre diferentes pasados, que es lo que hubiera permitido descifrar la conquista y la colonia como proceso histórico y no como fatalidad de un destino. Atrapados en una historia en la que sólo hubo próceres y soldados pero no pueblo, los dominados se verán incapacitados para reconocerse a sí mismos en el proceso histórico que los hizo primero esclavos y luego dependientes. Apenas hoy se empieza a reescribir la historia, a desenmascarar las mentiras minuciosamente construidas y obstinadamente defendidas como fatalidades históricas. Escribir su historia es en América Latina iniciar la destrucción de los muros que le impiden comunicar con su memoria, relegada al vacío o la nostalgia desde el día siguiente de la conquista, y mistificada por los propios procesos de independencia”. (Barbero, 2002:29)

No contexto de um sistema-mundo capitalista moderno/colonial Enrique Leff considera que é necessário uma re-apropriação social da vida, e não somente da natureza, já que sem a



apropriação nos âmbitos econômicos e culturais será impossível uma reapropriação social da natureza. Para Leff, o movimento ambiental⁵ é o ator principal do processo de re-apropriação da natureza, espelhado em uma pluralidade de atores, e se diferencia radicalmente do marxismo por propor não somente a apropriação dos meios de produção, mas uma modificação dos processos produtivos amparada pelas lutas territoriais, as identidades culturais e os conhecimentos advindos das novas ciências e tecnologias.

Estes movimentos ambientais seriam caracterizados pelos seguintes objetivos (Leff 2010, p. 400-401):

- 1) Uma maior participação nos assuntos políticos e econômicos, e na gestão dos recursos naturais;
- 2) Sua inserção nos processos de democratização do poder político e a descentralização econômica;
- 3) A defesa dos seus territórios, seus recursos e seu ambiente, além das formas tradicionais de luta pela terra, pelo emprego e pelo salário;
- 4) A construção de novos modos de produção, estilos de vida e padrões de consumo apartados dos modelos capitalistas e urbanos globais, transnacionais e estrangeiras;
- 5) A busca de novas formas de organização política, diferentes dos sistemas corporativos e institucionais de poder;
- 6) A organização em torno a valores qualitativos (qualidade de vida), além dos benefícios derivados da oferta do mercado e do Estado benfeitor;
- 7) A crítica da racionalidade econômica fundada na lógica do mercado, a maximização da ganância e a eficiência tecnológica, e os aparatos de controle econômico e de coerção política e ideológica do Estado.

A racionalidade ambiental assume sua plena significação como política de reapropriação da natureza, não só a partir das lutas ocorridas pela distribuição dos bens materiais, **mas sobretudo pelos valores de significação**. (Leff, 2010, p.269)⁶ Assim, e de acordo com Leff, a construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que passa por um confronto de interesses opostos, pela necessidade de uma reorientação das

5

⁶ “A dissolução do poder de uma minoria privilegiada para subjugar a maioria excluída torna-se uma tarefa primitiva e onde a natureza e a cultura resistem a tal sujeição” (p. 197). “[...] é uma luta pela reconstrução do processo produtivo, em que a luta pelo território, pelas tradições e identidades culturais, pelo conhecimento produtivo e pelos princípios das novas ciências e tecnologias (agroecologia, economia ecológica, biotecnologia) para construir um novo paradigma de produtividade que articule os processos ecológicos, tecnológicos e culturais, internalizando seus conhecimentos nas práticas produtivas das comunidades” (Leff, 2010 p. 439).



tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos e práticas de consumo), pela ruptura de paradigmas epistemológicos vigentes; mas principalmente, pela iniciativa de organização produtiva, inovações de métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos (LEFF, 2010a).

Mediatização da sociedade e novas articulações discursivas num mundo de simulacros

O delineamento teórico até aqui apresentado visa contextualizar a pesquisa empírica sobre a circulação do discurso socioambiental, em interação com o qual se vislumbram como hipótese as possibilidades de emancipação social e a instauração de práticas e processos sustentáveis. Para estudar a comunicação na polaridade massificação/apropriação, é necessário, entretanto, “revelar os fundamentos ideológicos e epistêmicos do uso e aplicação de novas tecnologias a serviço de um projeto social que concebe a comunicação como um domínio (Sierra, p 40) e por outro, analisar a produção discursiva extremamente complexa que realiza a sociedade em seu processo interacional.

Os estudos de comunicação vem questionando nas últimas décadas a noção da *Mass Communication Research* para se situar no espaço muito mais compreensivo e integral dos estudos comunicólogos realizados na segunda metade do século XX⁷ Dentro do campo das indústrias culturais, esta última perspectiva foi frutífera ao vincular o estudo da cultura de massas com o contexto geral da produção e reprodução cultural, analisando em última instância as transformações histórico sociais em função da recriação do imaginário. (Sierra, 1999).

Neste cenário de importância central da comunicação, a mediatização⁸ é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural. “O bios midiático é a configuração comunicativa da virtualização generalizada da existência, capaz de

⁷ É importante assim, começar a compreender a comunicação como sistema que molda um mundo comum através de uma ação conjunta, como explicita o biólogo chileno Francisco Varela. “El acto social del lenguaje da existencia a nuestro mundo. Se trata de los actos lingüísticos que realizamos constantemente: declaraciones, promesas, requerimientos y formulaciones. De hecho, dicha red de actos de habla, con sus condiciones de satisfacción, no constituye una mera herramienta para la comunicación sino la trama de nuestra identidad” (Varela, 1996:112) BRAGA (2006) remete à perspectiva da construção social da realidade, em que “a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam”. No atual processo de mediatização, diz, criam-se “padrões para ‘ver as coisas’, para ‘articular pessoas’ e mais ainda, relacionar sub-universos na sociedade e – por isso mesmo – modos de fazer as coisas através das interações que propiciam”

⁸ Os termos mediatização e mediatização são empregados com o mesmo significado. Os radicais “mídia” e “médica” vem do inglês “media, que advém do neutro plural do latim médium” (Aurélio).



afetar as percepções e as representações correntes da vida social ((Sodré, 2007, p 15.). O bios midiático implica uma nova tecnologia perceptiva e mental incluída “numa vasta e complexa rede de articulações corporativas envolvendo mercados e idéias, mercadoria e democracia, lucratividade e cidadania” (IANNI, 2001, p.151)

Na democracia representativa de hoje as redes sociais e plataformas de compartilhamento fazem parte de uma multiplicidade de canais de circulação e descentralização de saberes. Elas podem ser entendidas como um ecossistema comunicativo com seus desafios e interações, mas nem sempre estão a serviço do espaço comunicacional de saberes que podem e devem ser compartilhados. Atualmente, “as lógicas sobre as quais se fundam as enunciações deslocam os sujeitos discursivos para novos espaços ou dispositivos singulares: mídias como o rádio, a tevê, o jornal, parecem desaparecer para se transformar em “superfícies multimidiáticas” controladas pelo receptor. Haverá sempre, supostamente, múltiplos produtos audiovisuais (os meios são antes de tudo um mercado), mas não haverá mais “programação”. Esta superfície operatória abarcará tudo: informação, entretenimento, computação, telefonia, comunicação interpessoal. Conheceremos, pois a “convergência” tecnológica que a IP torna possível e que coincide, paradoxalmente, com a máxima “divergência” entre oferta e demanda na história dos meios (Verón, 2007: 12). O receptor é situado à nova problemática dos dispositivos circulatórios. Muda o seu status e suas relações com os nichos em produção, a partir de uma específica inserção que resulta das disposições e das injunções do trabalho da circulação: “O receptor não é meramente ativo: será o operador/programador de seu próprio consumo multimidiático. De um certo ponto de vista, se poderia dizer que assistimos a culminação natural, no mercado dos meios, do individualismo da modernidade”⁵ (Verón, 2007: 14)”. (FAUSTO NETO, As bordas da circulação).

À complexidade da análise sobre a mediatização em suas instâncias político-culturais tem destaque a problemática questão da *simulação* e do *simulacro*, propostos por Baudrillard.⁹ Mais do que a manipulação do real pela indústria jornalística e a criação de simulacros e hiper-realidades pela indústria da publicidade, chegamos a um ponto tal de desvinculação com o mundo físico que parecemos viver literalmente em realidades fluídas e flutuantes

⁹ O simulacro é uma realidade além da realidade, que apreendida por todos no cotidiano, transforma tudo, do mais próximo ao mais distante, em uma noção de realidade vivida, mesmo que não diretamente. Simulacros são, então, todo o tipo de estereótipo, de modelo cujo significado funciona por si só, sem a necessidade de um referente físico ou factual. São signos ou imagens com sentidos próprios, produzindo realidades autônomas além da realidade de fato. A imagem não precisa imaginar o real ela já é o real. Simulacros, realidades além da realidade, são para Baudrillard a essência mesma do nosso mundo midiático.



produzidas pelo aparato da mídia. Todo o ambiente está contaminado pela intoxicação midiática que sustenta o sistema.

Bookchin defende que, nossa sociedade capitalista falseia radicalmente nossa concepção de necessidades. (Bookchin, 1980). Mas em *Simulacros e simulação* (1981), Baudrillard sustentará que as necessidades já não governam a sociedade. Para avançar a reflexão é pertinente observar a distinção feita por Baudrillard em relação aos objetos, sob o enfoque de quatro lógicas distintas: 1) A lógica das operações práticas e necessidades individuais (valor de uso); 2) A lógica do mercado (valor de troca); 3) A lógica das trocas simbólicas acontecidas no dia-a-dia (valor de símbolo) e 4) A lógica da representação, diferenciação e status (valor de signo). A necessidade é psicológica ou cultural, e o estilo de vida e os valores formam a base da vida social. Como os objetos tornam-se signos, a economia definida pela necessidade é deixada para trás. Nossa forma de viver passa a flutuar num imenso aparato simbólico.

“Em vez de fazer comunicar, esgota-se na encenação da comunicação. Em vez de produzir sentido, esgota-se na encenação do sentido. Gigantesco processo de simulação que é bem nosso conhecido. (...)A informação é cada vez mais invadida por essa espécie de conteúdo fantasma, de transplantação homeopática, de sonho acordado da comunicação. Disposição circular onde se encena o desejo da sala, anfiteatro da comunicação que, como se sabe, nunca é mais que a reciclagem em negativo da instituição tradicional, o circuito integrado do negativo. Imensas energias são gastas para manter esse simulacro, para evitar a dissimulação brutal que nos confrontaria com a evidente realidade de uma perda radical do sentido” (S&S, p. 105)

Em seu livro *Tela Total: mitos-ironias da era do virtual e da imagem*, Baudrillard sustenta que “O significado e o referente foram abolidos para o único proveito do jogo de significantes, de uma formalização generalizada na qual o código já não se refere a nenhuma ‘realidade’ subjetiva ou objetiva, mas à sua própria lógica’. Ocorrendo uma espécie de substituição, dissolução e indistinção do que seja verdadeiro e falso, a tecnologia dos meios de comunicação de massa não consegue mais reproduzir uma realidade pré-existente, ao contrário, produz o real. A função dos meios de informação agora não é somente informar, mas também refazer o mundo a sua maneira e voz, é hiper-realizar o mundo e transformá-lo em espetáculo.

Numa acepção semelhante, Leff destaca que “a simulação da ordem simbólica gera uma impossibilidade de apreender o real, engendrando uma hiper-realidade em que o código do conhecimento se afasta cada vez mais do seu referente factual, para construir realidades



virtuais e mundos de vida flutuantes. (p89). O discurso da globalização parte de uma mirada gulosa que em lugar de dar integridade a natureza e a cultura, as fragmenta como partes constitutivas do desenvolvimento sustentável. “Esta operación simbólica somete a todos los órdenes del ser los dictados de una razón global y universal [...] Las estrategias fatales del discurso del “desarrollo sostenible”, resultan de su pecado capital: su gula infinita e insaciable (p. 109).

Assim, apesar dos discursos que proliferam na chamada sociedade da Informação e da capacidade de disseminação de informações e saberes, a economia política e a cultura da inovação social não são suficientemente problematizadas. A concatenação prática criativa e mobilizadora de corpos que instiga mudanças sociais (ou a não aceitação de mudanças que atendem interesses apenas econômicos) nem sempre é atingida.

Festivais socioambientais de cinema na construção da racionalidade ambiental

Pesquisadores, produtores culturais e realizadores de festivais de cinema ambiental quando se deparam com a questão do filme e do festival, enfrentam questões problematizadoras com a relativa novidade do tema. Há uma tímida produção teórica específica, o que conduz os pesquisadores e interessados neste tema, num primeiro momento, a um desvio de seus interesses levando a investigação à literatura panorâmica sobre o cinema documentário e ficcional que possuem ampla base bibliográfica bem como cursos de graduação, aperfeiçoamento e pós-graduação organizados no Brasil. Isto gera uma distorção com aproximações e distanciamentos à especificidade temática sobre o que é de fato o “ambiental” vislumbrado nas pesquisas, o que requer adaptações próprias de um setor iniciante e não foge da dificuldade em se atribuir cientificidade a ele.

Os filmes ambientais possuem origem recente. Poderíamos considerar, em sentido literal, que todo filme é ambiental, transcorre em um ambiente, sejam os ecossistemas naturais, as cidades ou o ciberespaço, em que a sociedade produz cultura (Echeverría, 1999) e assim situá-los a partir de uma origem remota, próxima do florescimento da sétima arte em fins do século XIX. Poderíamos considerar, também, que os filmes tratam esta designação – ambiental – que engloba diferentes áreas do conhecimento, como uma provocação, uma forma resumida de indagar: como estão os ambientes naturais, urbanos e midiáticos? Esta indagação surgiu integrada a uma perspectiva de pensamento ambiental promotora de uma nova cultura, a da sustentabilidade, para a qual deve existir um comprometimento moral das atuais sociedades com a preservação do ambiente para que as gerações futuras não sofram pela escassez de recursos energéticos fundamentais como a potabilidade da água e a



integridade do solo. Sachs e Leff, estudados por Alves (2010), apontam possibilidades de análise e de práticas ambientalmente possíveis de transformação da maneira como vivemos no planeta e na reflexão sobre por quê devemos salvar o planeta, o que nos possibilita refletir sobre a construção da sustentabilidade socioambiental, cujos discursos tem limites dentro de práticas no âmbito político. Para esses autores os discursos e as práticas se mesclam quando ampliamos a noção de complexidade e os analisamos à luz da interdisciplinaridade. Isso justifica o porquê “meio ambiente e desenvolvimento são subjetivações que a racionalidade humana tratou de transformar em negócios e artificializá-los em busca de uma pretensa felicidade” (ALVES, 2010).

A noção de "ambiental" pode ser tudo e qualquer coisa, pois tudo é "ambiental". O processo e os trajetos que a mensagem midiática percorre sofrem a ressignificação constante, desde a ideia do diretor do filme, da produção propriamente dita com a captação de momentos especiais, da edição e construção narrativa até chegarmos ao receptor do filme ou espectador, que por sua vez deve interagir com o discurso de formas muito diversas, a depender também da instância de exibição, se há debate ou não após a sessão cinematográfica, das estratégias de construção da espetatorialidade e das oportunidades de utilização do conhecimento adquirido que são criadas a partir do filme. Esse fluxo acontece de muitas maneiras desde o momento em que o enunciador organiza um discurso diante de eventos ou fatos narrados num documentário, até o momento em que o público assiste e elabora sua leitura do filme. As pesquisas de recepção entretanto, analisam predominantemente a produção e a partir daí são formuladas algumas hipóteses de efeitos dos discursos.

De acordo com Véron (in Castro, 2017), para garantimos a qualidade e pertinência da investigação sobre as mídias precisamos promover trabalhos de campo que relacionem produção e reconhecimento, sem perder de vista, primeiro, a conceituação que pode nos permitir construir uma circulação discursiva; e segundo, a discussão das iniciativas destinadas a valorizar os estudos dos processos de reconhecimento dos discursos midiáticos. Lembramos que o reconhecimento pode ser entendido como algo que só pode ser produzido pelos leitores. Para Véron, o estudo do reconhecimento é um estudo do leitor mais do que da leitura, fundado na análise do discurso do leitor. Véron é enfático ao afirmar que nos colocando no nível do funcionamento discursivo estamos em pleno social e para ele a produção discursiva de sentido é social. Há um discurso de referência do lado da produção ao qual o reconhecimento não está alinhado, pois há uma multiplicidade de leituras. Assim, o



problema da comunicação se trasladou do caráter técnico-discursivo para o espaço político-cultural.

Tratamos de reconhecer a importância do reconhecimento, pouco trabalhado na América Latina, como enfatiza Suzanne de Cheveigné (in Castro, 2017) para entender a circulação discursiva a partir da midiaticização das questões ambientais. Isso porque “estamos diante de novas formas de estarmos juntos, cujo vínculo não vem de um território fixo ou de um consenso racional e duradouro, mas de identidades culturais, raciais e religiosas, gênero e idade, repertórios estéticos e gostos sexuais, estilos de vida e exclusões sociais.” Porque na complexidade da produção discursiva do sentido como sistema não linear (Véron) o conhecimento se coloca num contexto muito mais amplo, do sistema produtivo dos discursos sociais, sendo esse sistema, a sua vez, um fragmento do campo de produção social do sentido. Nestas condições o âmbito da circulação não seria apenas um conceito que remeteria à noção de intervalo, ou defasagem conforme se supunha antes. Mais que isso, é o âmbito de uma complexa articulação entre “propriedades do discurso proposto e as estratégias de apropriação do sujeito” (Verón, Levasseur, 1986: 32).

América Latina é hoje o continente líder em desigualdades sociais, desequilíbrios territoriais e com a maior brecha entre ricos e pobres, situação que tem levado a uma contínua mobilização de atores sociais para tentar produzir mudanças políticas e sociais em suas regiões. Em um momento de liberalização da economia, em que os territórios do sul do mundo vem sendo apropriados pelo capital nacional e internacional, os movimentos sociais sentem-se de modo geral incapacitados para fazer frente à intervenção de grandes empresas em seus territórios. Entre as diversas reações das pessoas impactadas, está a constituição de redes e processos comunicativos que buscam, por meio de ações organizadas, fazer o enfrentamento ao acelerado processo de degradação ambiental e social a que estão sujeitas suas comunidades.

Desde os anos 80 começam a surgir na América Latina e em todo o mundo uma série de festivais socioambientais de cinema. Em 2016 foram mapeados 125 festivais com temáticas socioambientais na América Latina (Alboreda, 2016), mas sabe-se que o número de iniciativas existentes aumenta continuamente. Estes festivais surgem de forma não concertada, isto é, a partir das iniciativas de distintos atores não relacionados entre si e que propõem um movimento, na medida em que instauram formas de construção da racionalidade ambiental por meio da exibição de um conjunto determinado de filmes, abordando não somente denúncias, mas demonstrando práticas de saber e fazer que permitem a crítica da visão hegemônica de mundo e a articulação dos atores em torno a este saber. Os festivais



socioambientais chamam a atenção não apenas para o avassalador submetimento da natureza, e os impactos de sistemas produtivos da modernidade sobre comunidades e seus modos de vida, mas destacam a novas formas de organização social, documentam acontecimentos, dão voz. a distintos atores sociais e provocam uma ampla reflexão sobre a sociedade contemporânea.

A problemática ambiental como contexto, unida às possibilidades técnicas da indústria cinematográfica e à cultura do documentário, propiciaram a produção de uma grande quantidade de filmes que, de forma geral, estão relativamente excluídos do sistema de distribuição do mercado cinematográfico e de televisão (por razões diversas inerentes ao funcionamento do mercado). Nesta extensa produção cinematográfica está incluído tanto o trabalho de produtoras profissionais de cinema, cientistas e ativistas ambientais quanto de pessoas que resolveram simplesmente documentar alguma questão que lhes importe ou uma experiência pessoal que consideram relevante. A diversidade e criatividade desta enorme quantidade de filmes que circulam relativamente à margem do mercado conforma uma grande potência discursiva com uma ética de desvelamento da realidade, muito interessada nas vozes particulares e submetidas aos processos hegemônicos. Este corpus de filmes bastante variados (que pode e deve ser estudado para que se tenha a dimensão de sua força reveladora e inspiradora) é aproveitado pelos festivais de cinema socioambientais para construir espaços comuns de reflexão.

O principal argumento enunciativo da cultura sustentável surge em forma de uma crítica veemente ao cotidiano da sociedade de consumo e os valores associados à política, à economia e ao caráter fragmentado do conhecimento científico. Os ambientalistas retomam a idéia marxiana da fetichização da mercadoria, como nossa incapacidade de percepção em avaliar os custos ambientais de sustentação de sua existência. Existe uma ideia da relação direta entre o crescimento exponencial das forças de mercado e o incremento constante de tecnologias avançadas na obtenção de apropriação crescente dos recursos da natureza. Por esta razão são emitidos juízos deste movimento como: a inadiabilidade da reciclagem de materiais e bens de consumo; a opção por energias renováveis como o ciclismo e a vela; a alimentação considerada orgânica; a compostagem como suprimento das hortas residenciais e da austeridade e racionalidade em relação aos usos dos recursos naturais.

Mas, para este movimento social, o balanço, entre as apropriações crescentes dos recursos naturais e as práticas sustentáveis é desfavorável a ponto de estabelecer projeções sombrias que apontam no sentido de considerar as sociedades atuais como contingentes (Heller, 2005) em função dos riscos ambientais assumidos e o que aparece como argumento recorrente aos



filmes ambientais: a chegada ao ponto de não retorno dos limites do espaço físico geográfico (Lovelock, 2006). A revelação do dilema nessa lógica da escassez, dos riscos, coube aos filmes ambientais, com os recursos da linguagem cinematográfica explorar e revelar aos Festivais modular sob a temática ambiental. Esta delimitação temática provocativa contempla uma ambivalência. Ela é ambiental, refere-se a lugares e não lugares. É exclusiva quando sua consideração se dirige às representações sociais midiáticas decorrentes tanto de um pensamento – o ambiental – como de diversos movimentos sociais envolvidos (ecofeminismo, ecologia profunda, ecomarxismo, etc).

O filme empresta ao espectador, ao público receptor, a sua força comunicativa e consegue exprimir realidades, tornando-as transparentes. Os benefícios educativos da linguagem cinematográfica como meio de comunicação ultrapassam as aulas e promovem a reflexão que pode se estender às discussões facilitando o entendimento de conceitos filosóficos, questões que abrangem territórios além das fronteiras geopolíticas, valorizando o contexto no qual a pessoa vive imersa. Podendo transportá-la do filme para sua vida pessoal revelando aspectos do universo interior relacionados ao exterior, ao comum. A imagem tem uma urgência fornecendo subsídios para um entendimento mais amplo e definição de estratégias de ação, de mobilização e ativismo, quando se tratando de causas emergenciais de destruição e degradação.

Na perspectiva da circulação e da recepção aqui esboçados, os filmes tem sua importância relacionada à produção de sentidos que escapem da “jaula de ferro da modernidade” (Leff). Ainda que as questões ambientais representadas em vídeos e filmes que nem sempre chegam ao público porque raramente são distribuídas em plataformas ou disponibilizados na rede¹⁰, os próprios festivais constituem espaços importantes de reflexão e socialização, que primam pelo encontro entre as pessoas e o debate contínuo das questões apresentadas nos filmes, criando um espaço social interativo propício à construção de novas significações e interpretações do sistema-mundo moderno/colonial. Importa aqui compreender como o ideológico, - como dimensão constitutiva de todo o sistema de produção de sentido - se relaciona a processos de simulação, simulacro e hiper realidade que podem obstaculizar a percepção do real ou simplesmente, como propõe Baudrillard, fazê-lo desaparecer. Teriam os festivais de cinema socioambientais a capacidade de realizar uma ponte com a realidade do mundo no sentido de produzir subjetividades emancipadas?

¹⁰ São exemplos de ações neste sentido as Plataformas Planeta na Escola (www.planetanaescola.com) e Planetdoc.org (www.planetdoc.org) voltadas à educação e a Plataforma VideoCamp (<https://www.videocamp.com/pt>)



Produção da subjetividade e caminhos de emancipação

A análise sobre os processos de subjetivação deve ser realizada sobre funcionamento de mecanismos de expressão que escapam do pessoal, do individual (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais). Tratamos aqui, com Deleuze Guattari, de considerar que “os processos de subjetivação, de semiotização (...) implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, intrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de idéia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (GUATTARI E ROLNIK, 1999. p.31)

Neste contexto, ao discorrer sobre o conceito de indivíduo, alocando-o no contexto pós-moderno da vida líquida, Bauman (2007, p.26) considera como estes, ao invés de se “individualizar” tratam de se igualar aos outros “indivíduos” em busca da aceitação social, adaptando-se aos anseios de mercado da sociedade. O conceito de individualização se adapta à lógica de mercado, produzindo exclusão e reproduzindo a vulgaridade das Massas de Gasset. A conclusão é de que a exclusão triunfa em favor da lógica do consumo. Paradoxalmente, com o recrudescimento do individualismo, a produção da subjetividade massificada é vendida como promessa de singularização para milhões de sujeitos.

Assim, as subjetividades, essa relação de si consigo mesmo e com as outras coisas do mundo, os modos de existir, são produzidas. “A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p.42)

Nos interessa perguntar se o movimento comunicacional relacionado à questão ambiental, seja por meio do cinema, do jornalismo ou da mídia de forma geral em sua potência de criação de sentidos junto à sociedade, terá condições de encontrar as estratégias ou caminhos para contrapor-se ao grande aparato de publicidade e ideologia do mercado rompendo o discurso espectral e fictício sobre a realidade, a simulação e o simulacro, a partir da demonstração de seu viés ideológico. Isto é, “se terá sucesso em desconstruir, em



desmistificar e, em última instância, em desacreditar os valores da vida dominante e suas estratégias de tempo, através da demonstração de que, contrariamente às crenças atuais, em vez de assegurar uma sociedade ou vida superior, constituem um obstáculo no caminho para ambas. (Bauman, op.citada)¹¹

Assim, e desde uma perspectiva da sociologia construtivista, nos parece fundamental propor a teorização da realidade possível ou imaginada no sentido de orientar o renascimento das utopias ou da multiplicidade de discursos, apoiando-se no giro descolonial e no desenvolvimento das epistemologias do sul para instauração de uma justiça cognitiva global. (Boaventura Santos, 2016) “A pergunta que deve ser feita à sociologia é saber se pode sair do confinamento dessa objetivação dos processos sociais que constituem seu objeto de estudo; se para além do poder do Ser instituído nos imaginários sociais, que se instalou no habitus e se enraizou em práticas sociais "objetivas", a imaginação sociológica é capaz de desvendar o poder remanescente do imaginário social, construir o possível da potência do real que ainda não foi objetificado na realidade (LEFF 2010).

Em meio à fabricação de indivíduos massificados, à produção generalizada de uma subjetividade assujeitada, laminada em sua potência de invenção, como promover um olhar que não esteja circunscrito e determinado pela hegemonia, ou que tenha força suficiente para romper com o imobilismo e a indiferença? Como desenvolver modos de subjetivação singulares, ou processos de singularização que contribuam para a descolonialidade do saber e do ser? Neste sentido é que acreditamos que os festivais de cinema socioambiental na América Latina oferecem terrenos férteis para o estudo destas oportunidades. A hipótese a ser testada é se a utilização do cinema para a mobilização social e para o debate aberto sobre “outros mundos possíveis”, pode contribuir para a construção da racionalidade ambiental.

Considerações Finais

Hardt e Negri destacam que “a ética performativa é dada no comum, na comunicação social. O comum, de acordo com os autores, não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público, mas na comunicação entre singularidades e “se manifesta através

¹¹ Parece ser necessário dar novos usos às técnicas para evidenciar o simulacro do sistema midiático tradicional e aportar não somente conhecimento, mas uma sensibilidade que inclua as singularidades e imaginários muito distintos aos hegemônicos, mais próximos de um ecocentrismo ou biocentrismo, instaurando outras lógicas de sentido, apoiando a construção das identidades das comunidades e atores do movimento ambiental proposto por Leff. O problema é que boa parte das soluções que se consideram partem do interesse dos atores hegemônicos, e por isto tem parte de sua própria lógica (Santos, p 35), limitando o conhecimento sobre as possibilidades latentes..



de processos sociais colaborativos da produção” (op.cit., 2005, p. 266).¹² Por sua vez, Milton Santos considera que se houver outro uso social e político das bases técnicas, estas podem permitir uma outra realidade (p20).¹³ A importância de um ator, dirá, é determinada, entre outras coisas, pela técnica que ele é capaz de mobilizar.

Milton Santos diz que o atual período histórico não é apenas a continuação do capitalismo ocidental, é a transição para uma nova civilização. "Não se pode dizer que a globalização seja, semelhante às ondas anteriores, nem mesmo uma continuação do que havia antes, exatamente porque as condições de sua realização mudaram radicalmente. É somente agora que a humanidade está podendo contar com essa nova realidade técnica, providenciada pelo que se está chamando de técnica informacional. Chegamos a um outro século e o homem, por meio dos avanços da ciência, produz um sistema de técnicas da informação. Estas passam a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico”. O autor ressalta como indicadores de emergência do novo momento histórico em formação (i) a heterogeneidade e a miscigenação (p.20); (ii) a aglomeração da população, (iii) o fortalecimento dos laços locais, (iv) o surgimento de novos usos do sistema técnico, (v) a utilização dos meios técnicos pela cultura popular, (vi) e a possibilidade de construção de uma nova história através do conhecimento concreto das possibilidades existentes (p.21).

E a técnica mais representativa de nossa época, diz ele, é a da informação, que permite a comunicação entre as diversas técnicas e a aceleração do processo histórico através da simultaneidade das ações.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999
_____. Vida líquida; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

¹² Para Negri y Hard existe um grande poder no que eles convencionaram chamar de multidão. Ao mesmo tempo, no campo da ação, os autores advertem que é imprescindível não cair nas fórmulas que romantizam a ação local, encarando-as como territórios de resistência imunes à hegemonia do Império. “Esta estratégia de defender lo local es perniciosa porque oscurece y hasta niega las alternativas reales y el potencial para la liberación que existe en el interior del imperio. Deberíamos encontrar el modo de terminar de una vez para siempre con la búsqueda de una postura exterior, de un punto de vista que imagine una política pura. Tanto en la teoría como en la práctica, sería mejor entrar en el terreno del imperio y afrontar sus flujos homogeneizadores y heterogeneizadores en toda su complejidad, basando nuestro análisis en el poder de la multitud global. (Império, Negri e Hardt, 57)



- BROWN, Nicholas, SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Revista Novos Estudos, nº 75, CASTRO, Paulo César. A circulação discursiva – entre produção e reconhecimento (Org.). Edufal, Pág 97, 2017. VÉRON, Eliseo. In Cheveigné, Suzanne de. Pesquisas empíricas sobre a circulação de discursos midiáticos. La circulación discursiva: entre producción y reconocimiento. Cf. <http://www.ciseco.org.br/index.php/20-14-05-14-02-58-26/2016-06-21-22-32-34/proposta> temática/tema-propuesto. CEBRAP: São Paulo, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HOBBSAWM, Eric J. Globalização, democracia e terrorismo; tradução José Viegas – São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Hudson, Barbara. Human Rights, Citizenship And Inequality: Doing Justice In Democratic But Divided Societies. Revista Argumenta.
- SANTOS, Boaventura Souza. A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SIERRA CABALLERO, Francisco (2006). Políticas de comunicación y educación. Crítica y desarrollo de la sociedad del conocimiento. Barcelona: Gedisa.
- SIERRA CABALLERO, Francisco (2006). Comunicación y desarrollo social. Fundamentos teóricos y prácticos. Madrid: UNED.
- SIERRA CABALLERO, Francisco (2002). Comunicación, educación y desarrollo. Apuntes para una historia de la comunicación educativa. Sevilla: Comunicación Social Ediciones.
- SOUSA, Mauro Wilton (1998): Teoria da comunicação: paradigmas latino- americanos. Petrópolis, Vozes. 307
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. História da vida privada – Vol 5; tradução Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. In: Revista Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 1, pp 15-26, 2007)CLAXTON, Mervyn (1994): Cultura y desarrollo. Estúdio Paris: UNESCO.
- EDER, Klaus (1996): La Construcción Social de la Naturaleza. Londres: Sage Publications.
- ESCOBAR, Arturo (1991) Imaginando un futuro: Pensamiento crítico, desarrollo y movimientos sociales. En Margarita López Maya (ed.), Desarrollo y democracia. Caracas: Universidad Central de Venezuela y UNESCO.
- ESCOBAR, Arturo (1996) La invención del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma.
- ESCOBAR, Arturo (2005): “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social”.En Daniel Mato (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.
- FAUSTO NETO, Antonio. As bordas da circulação. http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Neto.pdf
- GILBERT, Rist (2002): El desarrollo: historia de una creencia occidental.Madrid: Catarata.
- GUIMARÃES, Roberto (2003) Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina, un cuarto de siglo después, p.20
- HAESBAERT, Rogério (2004): O mito da Desterritorialização Econômica. GEOgrafia, Vol.6. Nº12
- HISSA, Cássio (2002): Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG.
- HONTY, Gerardo (2006): Energía en Sudamérica: una interconexión que no integra. Revista Nueva Sociedad, número 204.
- IANNI, Octavio (1996): Teorías de la globalización. México: Siglo XXI Editores.
- LATOUCHE, Serge (1993) El planeta de los naufragos: ensayo sobre el posdesarrollo. Madrid: Acento.



LEFF, Enrique (2004): Racionalidad Ambiental, La Reapropiación Social de la Naturaleza. Siglo XXI, México.

_____.Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia "otro" programa de sociología ambiental http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032011000100001

MARIÁTEGUI, José Carlos (1985): Signos y obras. Ed Amauta. Lima, Peru.

MARTÍN SERRANO, Manuel (1976): Comte, el padre negado. Orígenes de la deshumanización en las ciencias sociales. Madrid: Akal editor.

MASSEY, Doreen (2000): Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización. Conferència presentada a la Societat Catalana de Geografia el 26 de setembre de 2003 en el marco de la clausura del XVIII Congreso de la Asociación de Geógrafos Españoles.

MATTELART, Armand (1995): La invención de la comunicación, Editorial Bosch, Barcelona.

MEADOWS, Donella; Randers, Jorgen y Meadows, Dennis (2006): Los límites del crecimiento. 30 años después. Barcelona: Galaxia Gutenberg-Círculo de Lectores.

MEAD, George H. (1982). Espíritu, persona y Sociedad. Barcelona: Paidós.

MEEK, Ronald (1981). Los orígenes de la ciencia social: el desarrollo de la teoría de los cuatro estadios. Madrid: Siglo XXI.

MILTON, Santos (1996): A natureza do espaço. Hucitec, São Paulo, , pp. 187- 197.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael (2000): Império. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts.

RIST, Gilbert (2002): El desarrollo: historia de una creencia occidental. Madrid, Catarata.

RONALD, Meek (1981): Los orígenes de la ciencia social: el desarrollo de la teoría de los cuatro estadios Madrid: Siglo XXI.

ROSTOW, W, W. (1965): Las Etapas del Crecimiento Económico, un manifiesto no comunista. ED, Fondo de cultura econômica.

SACHS, Wolfgang (1996): Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder. Perú: PRATEC.

SANTOS, Milton (1994): Técnica Espaço Tempo. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, Milton (1978): Pobreza Urbana. Hucitec/UFPE/CNPQ, São Paulo, Recife.

SANTOS, Milton(2000): Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Pauto: Record.

SIERRA CABALLERO, Francisco(2000):Comunicación educativa y economía política. Apuntes sobre políticas culturales e innovación tecnológica. Revista Latina de Comunicación Social. pp 78-10.

GOMES, Helder, “Empresas estatais brasileiras como plataformas para a IIRSA: A política externa do Brasil e as propostas alternativas de integração latino-americana” . Disponible en Web: <http://www.megaproyectos.org/conceptos/GomezEmpresasBrasilIIRSA06.htm>

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografías do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise. Tradução Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas: Papirus Editora, 1988.

_____. As Três Ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

_____. Caosmose: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. Da produção de Subjetividade. In: Imagem-Máquina. PARENTE, A. (org) Rio de Janeiro, 34, 1993. p. 177-191.